



SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 03.979.930/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM

31/12/2023



SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CONTEÚDO:

- 1) RELATÓRIO DA DIRETORIA;
- 2) BALANÇOS PATRIMONIAIS;
- 3) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS;
- 4) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES;
- 5) DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA;
- 6) DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS;
- 7) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS;
- 8) COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E IDENTIFICAÇÃO DO CONTADOR; e
- 9) RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 03.979.930/0001-27

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Saepar Serviços e Participações S.A. ("Companhia") referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$88,6 milhões no exercício de 2023, frente a um prejuízo de R\$0,7 milhão em 2022, principalmente em função do maior resultado de equivalência patrimonial na comparação entre os períodos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024.

A DIRETORIA

Saepar Serviços e Participações S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Ativo circulante	-	24.461	18.275
Disponível	5	73	1.100
Caixa e bancos	-	73	1.100
Aplicações	6	9.401	6.079
Aplicações	-	9.401	6.079
Títulos e créditos a receber	7	14.987	11.096
Títulos e créditos a receber	-	4	48
Dividendos a receber	-	9.399	-
Créditos tributários e previdenciários	8	5.557	11.023
Outros créditos	-	27	25
Ativo não circulante	-	1.914.855	1.813.167
Realizável a longo prazo	-	10.743	7.604
Títulos e créditos a receber	7	10.743	7.382
Créditos tributários e previdenciários	8	9.009	6.060
Depósitos judiciais e fiscais	12.1	1.734	1.322
Outros valores e bens	-	-	222
Investimentos	-	1.903.706	1.804.739
Participações societárias	9	1.880.837	1.781.845
Ágio	9	22.869	22.869
Mais valia	-	-	25
Imobilizado	-	385	761
Intangível	-	21	63
Software	-	300	306
Amortização acumulada	-	(279)	(243)
Total do ativo		1.939.316	1.831.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saepar Serviços e Participações S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Passivo			
Passivo circulante	-	27.889	11.361
Contas a pagar	-	27.432	11.002
Obrigações a pagar	10.1	24.216	1.048
Impostos e encargos sociais a recolher	10.2	1.114	7.829
Outras contas a pagar	-	2.102	2.125
Outros débitos	-	457	359
Provisões judiciais	12.2	457	359
Passivo não circulante	-	3.440	3.749
Exigível a longo prazo	-	3.440	3.749
Contas a pagar	-	432	533
Obrigações a pagar	10.1	432	426
Outras contas a pagar	-	-	107
Outros débitos	-	3.008	3.216
Provisões judiciais	12.2	3.008	3.216
Patrimônio líquido	-	1.907.987	1.816.332
Capital social	13	1.232.047	1.231.056
Capital a integralizar	-	-	(418)
Reservas de capital	-	(39.075)	(38.895)
Reservas de lucros	-	717.511	641.365
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(2.496)	(16.776)
Total do passivo		1.939.316	1.831.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saepar Serviços e Participações S.A.**Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Outras receitas e despesas operacionais	-	(9)	33.048
Outras receitas operacionais	14.1	-	33.064
Outras despesas operacionais	-	(9)	(16)
Despesas administrativas	14.2	(2.875)	(39.421)
Despesas com tributos	-	138	(7.009)
Resultado financeiro	14.3	1.423	2.302
Resultado patrimonial	9	90.552	9.964
Resultado antes de impostos	-	89.229	(1.116)
Imposto de renda	15	(544)	281
Contribuição social	15	(126)	110
Lucro líquido/Prejuízo do exercício		88.559	(725)
Quantidade de ações		3.765	3.763
Lucro líquido/Prejuízo por ação em R\$		23,52	(0,19)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saepar Serviços e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Lucro líquido/Prejuízo do exercício		88.559	(725)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) atuariais, não realizados com plano de pensão de benefício definido	-	(95)	35
Efeitos fiscais	-	32	(12)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos de variação de participação acionária	9	37	3.372
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	-	14.306	615
Componentes do resultado abrangente		14.280	4.010
Resultado abrangente do exercício		102.839	3.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saepar Serviços e Participações S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	88.559	(725)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	419	576
Resultado de equivalência patrimonial	(90.552)	(10.130)
Outros ajustes	(927)	3.064
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(3.322)	14.920
Títulos e créditos a receber e outros ativos	4.069	34.715
Contas a pagar	(6.416)	(5.347)
Provisões judiciais	(390)	2.294
Caixa gerado (consumido) pelas operações	(8.560)	39.367
Juros pagos	-	(62)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	12.924	41.819
Impostos sobre o lucro pagos	(22)	(1.107)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.342	80.017
Atividades de investimento		
Compra e venda de ativos imobilizados e intangíveis:		
Compra	-	(89)
Venda	-	3.913
Aumento de capital em controladas	(6.000)	(30.742)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(6.000)	(26.918)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	1.409	25.622
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(771)	(77.667)
Outros	(7)	(203)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	631	(52.248)
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.027)	852
Caixa e equivalentes de caixa incluído pela incorporação da SAH	-	106
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.100	142
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	73	1.100

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saepar Serviços e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
						Reserva estatutária	Total das reservas de lucros			
Saldos em 01/01/2022	1.150.551	-	-	(27.245)	46.029	731.270	777.299	(20.786)	-	1.879.819
Aumento de capital em dinheiro, conforme AGE do dia 09/03/2022	13.784	-	-	-	-	-	-	-	-	13.784
Aumento de capital em dinheiro, conforme AGE do dia 30/03/2022	11.420	-	-	-	-	-	-	-	-	11.420
Aumento de capital, sendo R\$6.042 com compras de ações e R\$418 em dinheiro, conforme AGE do dia 31/10/2022	6.460	(418)	-	-	-	-	-	-	-	6.042
Aumento de capital com JCP, conforme AGE de 27/12/2022	48.841	-	-	-	-	-	-	-	-	48.841
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	4.010	-	4.010
Transação de capital	-	-	-	(11.650)	-	-	-	-	-	(11.650)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(725)	(725)
Proposta para distribuição do resultado:										
Compensação de prejuízos com reserva estatutária	-	-	-	-	-	(725)	(725)	-	725	-
Dividendos intermediários, no montante de R\$58.709 à razão de R\$16.057,99 (em reais) por ação, conforme ARD do dia 24/10/2022	-	-	-	-	-	(58.709)	(58.709)	-	-	(58.709)
Dividendos intermediários, no montante de R\$18.500 à razão de R\$5.043,62 (em reais) por ação, conforme ARD do dia 04/11/2022	-	-	-	-	-	(18.500)	(18.500)	-	-	(18.500)
JCP deliberado, no montante de R\$58.000 à razão de R\$15.812,43 (em reais) por ação, conforme ARD do dia 22/12/2022	-	-	-	-	-	(58.000)	(58.000)	-	-	(58.000)
Saldos em 31/12/2022	1.231.056	(418)	-	(38.895)	46.029	595.336	641.365	(16.776)	-	1.816.332
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	14.511	-	14.511
Integralização do capital social conforme subscrição ocorrida em 31/10/2022	-	418	-	-	-	-	-	-	-	418
Adiantamento para futuro aumento de capital em 30/03/2023	-	-	280	-	-	-	-	-	-	280
Adiantamento para futuro aumento de capital em 27/04/2023	-	-	600	-	-	-	-	-	-	600
Aumento de capital com AFAC, no montante de R\$880, à razão de R\$495.548,27 por ação	880	-	(880)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$111, à razão de R\$495.548,27 por ação	111	-	-	-	-	-	-	-	-	111
Transação de capital	-	-	-	(180)	-	-	-	-	-	(180)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	(231)	11.305	11.074
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	88.559	88.559
Proposta para distribuição do resultado:										
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(771)	(771)
Reserva legal	-	-	-	-	4.993	-	4.993	-	(4.993)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.947)	(22.947)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	71.153	71.153	-	(71.153)	-
Saldos em 31/12/2023	1.232.047	-	-	(39.075)	51.022	666.489	717.511	(2.496)	-	1.907.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saepar Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 42, 6º pavimento, no bairro Centro, constituída em 26/07/2000, tendo como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a realização de empreendimentos, prestação de serviços em geral, especialmente no ramo de seguros e a participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Rede D’Or São Luiz S.A. (Rede D’Or).

A Rede D’Or é uma companhia de capital aberto e divulgou, em 26/03/2024, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, em conformidade ao artigo 294 da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº 182/2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP.

As práticas contábeis da Companhia foram definidas considerando que esta é controladora direta de uma entidade supervisionada pela SUSEP.

Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36 (R3), destacando-se que sua controladora direta Rede D’Or apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 25/04/2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

3.1.2. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia.

3.3. Investimentos – participações societárias

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos:

- Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- Ágios representam valor pago em excesso ao valor justo líquido dos ativos adquiridos na respectiva data de aquisição, com base na expectativa de geração de lucros futuros. Ágios são contabilizados no investimento, na controladora. Ágios não tem vida útil definida e, portanto, não são amortizados, e tem seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, conforme descrito na nota 3.4. Em situação de venda de controlada ou coligada que tenha originado o ágio em sua aquisição, tal ágio é considerado na apuração de ganhos e perdas da operação; e
- O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital) está registrado no patrimônio líquido.

3.4. Redução ao valor recuperável

3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

3.4.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Resultado patrimonial", no resultado do exercício.

Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. No ano de 2023, derivado de avaliações posteriores à combinação de negócios entre Sulamérica e Rede D'Or, foram descontinuados certos ativos intangíveis (software) e imobilizados que foram devidamente baixados em certas controladas, sendo o efeito reconhecido via equivalência patrimonial, no montante de R\$9.085.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 5 anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.6. Passivos financeiros circulantes e não circulantes

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras.

3.7. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia.

3.7.1. Trabalhistas

Toda ação trabalhista é classificada como relevante devido aos pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia. Em razão do acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 10,65% ao ano (10,58% em 2022).

As provisões para processos judiciais trabalhistas estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais".

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano.

3.7.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, as provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos,

contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente com base na variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), em conformidade com a legislação vigente.

3.8. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.9. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC's requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

Os principais itens das demonstrações financeiras registrados com base em estimativas referem-se à apuração do valor justo das aplicações financeiras (nota 6), ao registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros (nota 8) e à constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos (nota 12).

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

3.10. Normas emitidas e revisadas

3.10.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras:

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (Alterações ao CPC 23 (IAS 8)) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Divulgação de políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras (Alterações ao CPC 26 (IAS 1)) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (Alterações ao CPC 32 (IAS 12)) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e
- Contratos de seguros (CPC 50 (IFRS 17)) – Em vigor a partir de 01/01/2023.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2023 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26 (IAS 1)) – Em vigor a partir de 01/01/2024, alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de riscos

Na atividade de gerenciamento de seus recursos próprios, a Companhia utiliza-se da estrutura de gerenciamento de riscos de empresas do grupo. Ademais, a Administração da Companhia entende não serem relevantes os riscos associados aos seus instrumentos financeiros.

5. Disponível

Os saldos de disponível estão mensurados a valor justo através de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2023	2022
Caixa e bancos	73	1.100
Total	73	1.100
Circulante	73	1.100

6. Aplicações

6.1. Composição das aplicações

Descrição	2023		
	Valor justo por meio do resultado		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Total
Cotas de fundos de investimentos	9.401	9.401	9.401
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	9.401	9.401	9.401
Subtotal	9.401	9.401	9.401
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total			9.401
Circulante			9.401

Descrição	2022		
	Valor justo por meio do resultado		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Total
Cotas de fundos de investimentos	6.079	6.079	6.079
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	6.079	6.079	6.079
Subtotal	6.079	6.079	6.079
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total			6.079
Circulante			6.079

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado.

6.2. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo em 01/01/2022	13.213	13.213
Incorporação SAH	7.787	7.787
Aplicações	62.810	62.810
Rendimentos resgate	(2.835)	(2.835)
Principal resgate	(76.944)	(76.944)
Resultado financeiro	2.048	2.048
Saldo em 31/12/2022	6.079	6.079

	Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo em 31/12/2022	6.079	6.079
Aplicações	31.462	31.462
Rendimentos resgate	(645)	(645)
Principal resgate	(27.983)	(27.983)
Resultado financeiro	488	488
Saldo em 31/12/2023	9.401	9.401

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações

As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando:

- (i) Value at Risk (VaR) paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration, nos quais cada ativo pode estar alocado. A carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e
- (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros.

Após nossas análises as sensibilidades foram imateriais.

6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião da sua aquisição.

Em 31/12/2023 e 2022 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 2

Cotas de fundos de investimentos não exclusivos:

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição	2023	
	Nível 2	Total
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	9.401	9.401
Total	9.401	9.401

Descrição	2022	
	Nível 2	Total
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	6.079	6.079
Total	6.079	6.079

7. Títulos e créditos a receber

Descrição	2023	2022
Créditos tributários e previdenciários (nota 8)	14.566	17.083
Dividendos a receber	9.399	-
Depósitos judiciais e fiscais (nota 12.1)	1.734	1.322
Outros	31	73
Total	25.730	18.478
Circulante	14.987	11.096
Não circulante	10.743	7.382

8. Créditos e débitos tributários diferidos

A seguir, posição dos créditos tributários e previdenciários líquidos dos débitos tributários.

Descrição	2023	2022
Tributos a compensar/recuperar (nota 8.1)	12.802	14.995
Créditos tributários (nota 8.2)	1.764	2.184
Débitos tributários (nota 8.2)	-	(96)
Total	14.566	17.083
Circulante	5.557	11.023
Não circulante	9.009	6.060

8.1. Tributos a compensar/recuperar

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Incorporação SAH	Adição	Atualização monetária	Baixas / compensações	Saldo em 31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	6.533	1.422	12.858	599	(8.807)	12.605
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.363	463	831	204	(484)	2.377
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1	-	-	-	-	1
Outros	-	-	10	2	-	12
Total	7.897	1.885	13.699	805	(9.291)	14.995
Circulante						11.023
Não circulante						3.972

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Baixas / compensações	Saldo em 31/12/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	12.605	291	978	(1.490)	12.384
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.377	(210)	94	(1.856)	405
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1	-	-	-	1
Outros	12	-	-	-	12
Total	14.995	81	1.072	(3.346)	12.802
Circulante					5.557
Não circulante					7.245

8.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários

As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Incorporação SAH	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisão para perda em investimentos	4	-	-	(4)	-
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.058	-	318	(16)	1.360
Provisões indedutíveis	467	-	3.501	(3.656)	312
Participações nos lucros	63	-	-	(63)	-
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	396	-	79	(91)	384
Outros	140	6	84	(124)	106
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.128	6	3.982	(3.954)	2.162
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	22	-	-	-	22
Total dos créditos tributários	2.150	6	3.982	(3.954)	2.184
Atualizações de depósitos judiciais	-	-	(4)	-	(4)
Outros	(130)	(4)	(81)	123	(92)
Total dos débitos tributários	(130)	(4)	(85)	123	(96)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	2.020	2	3.897	(3.831)	2.088

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.360	272	(306)	1.326
Provisões indedutíveis	312	-	(312)	-
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	384	32	-	416
Outros	106	-	(106)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.162	304	(724)	1.742
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	22	-	-	22
Total dos créditos tributários	2.184	304	(724)	1.764
Atualizações de depósitos judiciais	(4)	-	4	-
Outros	(92)	(7)	99	-
Total dos débitos tributários	(96)	(7)	103	-
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	2.088	297	(621)	1.764

Os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias e possuem expectativa de realização em até 5 anos.

Em 31/12/2023, as bases de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social a compensar são formadas como demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2016	66	66
Saldos a compensar	66	66

As bases e os tributos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base	Crédito tributário não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	45.675	11.419
Diferenças temporárias - CSLL	21.654	1.949
Total	67.329	13.368

9. Participações societárias

Em 31/12/2023 e 2022, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Traditio Companhia de Seguros	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Sul América Holding S.A.	Integrale Negócios e Serviços S.A.	Total
Saldo em 01/01/2022	1.811.473	31.788	3.457	6.203	1.852.921
Aumento de capital com juros sobre capital próprio	60.211	-	-	-	60.211
Aumento de capital (c)	-	11.000	6.042	-	17.042
Venda de ações	-	-	-	(19.022)	(19.022)
Ganho (perda) de capital (b)	(64)	(864)	-	4.300	3.372
Juros sobre capital próprio	(72.484)	-	-	-	(72.484)
Dividendos intermediários	(40.419)	-	-	-	(40.419)
Equivalência patrimonial (a)	16.381	(1.248)	178	(5.181)	10.130
Ajustes de avaliação patrimonial	615	-	-	-	615
Integralização de capital	-	-	-	13.700	13.700
Incorporação	-	-	(9.677)	-	(9.677)
Transação de capital (d)	(11.650)	-	-	-	(11.650)
Saldos em 31/12/2022	1.764.063	40.676	-	-	1.804.739
Aumento de capital (c)	-	6.000	-	-	6.000
Ganho (perda) de capital (b)	38	(1)	-	-	37
Juros sobre capital próprio	(4.856)	-	-	-	(4.856)
Dividendos intermediários	(8.796)	-	-	-	(8.796)
Equivalência patrimonial (a)	94.220	(3.668)	-	-	90.552
Ajustes de avaliação patrimonial	14.536	-	-	-	14.536
Dividendos - Obrigatórios	(9.399)	-	-	-	(9.399)
Ajustes de práticas contábeis (e)	11.074	-	-	-	11.074
Transação de capital	(181)	-	-	-	(181)
Saldo em 31/12/2023	1.860.699	43.007	-	-	1.903.706

- (a) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de suas investidas provenientes da harmonização entre as práticas contábeis, quando necessário;
- (b) Referem-se a ganhos e/ou perdas de capital nos investimentos diretos da Companhia, onde a mutação do investimento ocorreu de forma desproporcional, alterando o percentual de participação da Companhia na investida;
- (c) Em 31/10/2023 a Companhia aumentou o capital da DOCWAY, em dinheiro, no montante de R\$6.000, com emissão de 71.300 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$84,15 (reais) por ação. Em 31/10/2022, a SASA (Incorporada pela Rede D'Or), aumentou o capital da Companhia, mediante transferência de ações da SAH que eram de propriedade da SASA, no montante de R\$6.042. Em 30/03/2022, a Companhia aumentou o capital da DOCWAY, em dinheiro, no montante de R\$11.000, com a emissão de 51.218 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$214,77 (reais) por ação;
- (d) Refere-se a mudança de participação da Companhia na SAMI, em função do usufruto concedido a EMABE Participações S.A. (Emabe), sociedade holding de controle dos antigos controladores SASA, por meio do usufruto de 51% das ações ordinárias instituído pela Companhia no advento da mudança do controle indireto da Companhia; e
- (e) Reflexo da adoção do CPC 48, que em virtude da não reapresentação de períodos anteriores, com o reconhecimento do impacto contra lucros acumulados, conforme previsão do referido CPC.

2023

Descrição	Traditio Companhia de Seguros	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Total
Ativo	7.399.693	36.267	
Passivo	517.752	6.061	
Patrimônio líquido	6.881.941	30.206	
Receita líquida	(22.793)	42.185	
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	348.201	(4.125)	
Percentual de participação (%)	26,93%	91,21%	
Valor contábil do investimento	1.853.286	27.551	1.880.837
Ágio	7.413	15.456	22.869
Quantidade de ações ordinárias	157	325.757	

2022

Descrição	Traditio Companhia de Seguros	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Total
Ativo	7.161.451	34.702	
Passivo	671.924	6.371	
Patrimônio líquido	6.489.527	28.331	
Receita líquida	(3.247)	56.942	
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	60.693	(1.524)	
Percentual de participação (%)	27,07%	89,02%	
Valor contábil do investimento	1.756.650	25.220	1.781.870
Ágio	7.413	15.456	22.869
Mais valia	-	25	25
Quantidade de ações ordinárias	157	254.457	

10. Contas a pagar

10.1. Obrigações a pagar

Descrição	2023	2022
Obrigações fiscais (Nota 12.3)	432	426
Dividendos a pagar (Nota 13.6)	22.947	-
Demais	1.269	1.048
Total	24.648	1.474
Circulante	24.216	1.048
Não circulante	432	426

10.2. Impostos e encargos sociais a recolher

Descrição	2023	2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	327	639
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	130	246
Contribuições PIS e COFINS	456	6.722
Imposto Sobre Serviços - ISS	2	2
Contribuição INSS	158	158
Outros	41	62
Total	1.114	7.829
Circulante	1.114	7.829

11. Partes relacionadas

11.1. Transações

As transações com partes relacionadas referem-se a:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2023	2022	2023	2022
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (c)	Coligada	Traditio Companhia de Seguros	-	-	1.181	1.385
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4	2	12	39
Traditio Companhia de Seguros (a)	Coligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	9.399	-	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	166
Sul América Seguradora de Saúde S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	75	-
Rede D'Or São Luiz S.A. (a)	Controladora direta	Outros	-	-	22.947	-
Total			9.403	2	24.215	1.590

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2023	2022	2023	2022
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b)	Coligada	Traditio Companhia de Seguros	-	-	-	(30)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	(47)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(9)	(833)
Total			-	-	(9)	(910)

- (a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;
(b) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia;
(c) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio Matriz entre companhias do grupo;
(d) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre companhias do grupo;
(e) Valor referente ao seguro saúde a funcionários da Companhia; e
(f) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores.

Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos pela Companhia, em 31/12/2023 e 2022, estão demonstrados a seguir:

	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2023	2022	2023	2022
SulAmérica S.A. - SASA	-	-	-	77.208
Rede D'Or São Luiz S.A.	-	-	771	459
Traditio Companhia de Seguros	12.924	41.819	-	-
Total	12.924	41.819	771	77.667

11.2. Remuneração da Administração

Os Administradores da Companhia receberam as suas remunerações diretamente por outras empresas do grupo SulAmérica.

12. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

12.1. Depósitos judiciais

Descrição	2023	2022
Tributárias:		
Outros	-	113
Subtotal	-	113
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	1.734	1.209
Subtotal	1.734	1.209
Total	1.734	1.322
Não circulante	1.734	1.322

12.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	Saldos em 01/01/2022	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2022
Tributárias:					
Honorários	472	-	2	(48)	426
Outros	101	-	11	-	112
Subtotal	573	-	13	(48)	538
Trabalhistas e cíveis:					
Ações trabalhistas	2.538	806	238	(119)	3.463
Subtotal	2.538	806	238	(119)	3.463
Total (a)	3.111	806	251	(167)	4.001
Circulante					359
Não circulante					3.642

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2023
Tributárias:					
Honorários	426	-	6	-	432
Outros	112	-	(16)	(96)	-
Subtotal	538	-	(10)	(96)	432
Trabalhistas e cíveis:					
Ações trabalhistas	3.463	1.015	290	(1.303)	3.465
Subtotal	3.463	1.015	290	(1.303)	3.465
Total (a)	4.001	1.015	280	(1.399)	3.897
Circulante					457
Não circulante					3.440

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2023 são de R\$432 (R\$426 em 2022), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 10.1).

12.3. Obrigações fiscais

As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2023 e 2022 são:

IRPJ

A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei nº 9.316/1996, as despesas relacionadas com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido passaram a ser inadmitidas para fins de dedução na base de cálculo do Imposto de Renda. Em decorrência da alteração legislativa acima mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar que a franqueou proceder com o depósito judicial da parcela em disputa. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional, em sede de repercussão geral, o referido dispositivo legal, declarando que tal alteração legislativa estava em perfeita consonância com o ordenamento legal, obstando, por conseguinte, a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. A partir de então, a Companhia passou a não deduzir a despesa de Contribuição Social na base de cálculo do Imposto de Renda. Nestes termos, os valores questionados até 2013 foram integralmente depositados e provisionados. A Companhia obteve decisão judicial desfavorável transitada em julgado nos autos de seu processo em que discutia a matéria. Com isso, os depósitos judiciais realizados nos autos foram integralmente convertidos em renda a favor da União. O montante baixado foi de R\$8.269.

12.4. Contingências

Em 31/12/2023 e 2022, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2023	2022
Fiscais (a)	18.744	17.556
Trabalhistas	869	1.152
Total	19.613	18.708

(a) Na avaliação da Administração sobre a possibilidade de saída de recursos nos processos judiciais fiscais, a parcela não provisionada, no valor de R\$18.744 (R\$17.556 em 2022) é composta, principalmente, por compensações não homologadas pela Receita Federal.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 31/12/2023, é de R\$1.232.047 (R\$1.231.056 em 2022), representado por 3.765 (3.763 em 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/03/2022, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$13.784, com a emissão de 26 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$530.161,27 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.150.551 para R\$1.164.335.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$11.420, com a emissão de 22 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$519.108,52 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.164.335 para R\$1.175.755.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/10/2022, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$6.460, com a emissão de 12 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$538.348,86 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, parte mediante a transferência para a Companhia de ações ordinárias de emissão da SAH, de propriedade da SASA, parte em moeda corrente nacional, passando o capital social de R\$1.175.755 para R\$1.182.215.

Em 23/12/2022, a então acionista da Companhia, Sul América S.A. (SASA), foi incorporada pela Rede D'Or São Luiz S.A., passando esta última a ser acionista da Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2022, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia mediante a utilização de parte do crédito relativo a juros sobre capital próprio no valor total de R\$48.841, com a emissão de 95 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$514.113,56 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.182.215 para R\$1.231.056.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/06/2023, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$991, com a emissão de 2 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$495.548,27 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, parte mediante a conversão de créditos de titularidade da acionista constituídos através de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), parte em moeda corrente nacional, passando o capital social de R\$1.231.056 para R\$1.232.047.

13.2. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

13.3. Reserva estatutária

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

13.4. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, relativos a títulos próprios e os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

13.5. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor.

Em 24/10/2022, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$58.708, com base no saldo das reservas de lucro da Companhia, existentes em 31/12/2021, à razão de R\$16.057,99 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 25/10/2022.

Em 04/11/2022, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$18.500, com base no saldo das reservas de lucro da Companhia, existentes em 31/12/2021, à razão de R\$5.043,62 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 04/11/2022.

Em 22/12/2022, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$58.000, à razão de R\$15.812,43 (em reais) por ação a serem pagos a partir daquela data.

Em 22/12/2023, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$R\$771, à razão de R\$204,67 (em reais) por ação a serem pagos a partir daquela data.

13.6. Distribuição do resultado

Em 31/12/2023, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2023
Lucro antes dos impostos	89.229
(-) Impostos e contribuições	(670)
Lucro líquido do exercício	88.559
(+) Outros ajustes	11.305
Lucro líquido após ajustes	99.864
Constituição da reserva legal (5%)	(4.993)
Lucro líquido ajustado	94.871
Dividendos obrigatórios:	
25% do lucro líquido ajustado	23.718
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	771
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	22.947
Destinação:	
Constituição de reserva estatutária	71.153

Em 2022 não houve distribuição de resultado devido ao prejuízo apurado no exercício.

14. Detalhamento das contas de resultado

14.1. Outras receitas operacionais

Descrição	2023	2022
Receitas:	-	38.559
Prestação de serviços	-	38.559
Impostos sobre receita:	-	(5.495)
PIS/COFINS	-	(3.567)
ISS	-	(1.928)
Total (a)	-	33.064

(a) Durante o exercício de 2023 a Companhia deixou de ter receitas com prestação de serviços de infraestrutura ao Grupo Allianz.

14.2. Despesas administrativas

Descrição	2023	2022
Pessoal próprio (a)	(1.006)	(5.152)
Participação no resultado	-	101
Despesas judiciais, serviços de terceiros e demais (a)	(1.423)	(32.409)
Localização e funcionamento	(414)	(1.448)
Publicidade e propaganda	-	(30)
Outras	(32)	(483)
Total	(2.875)	(39.421)

(a) Durante o exercício de 2023 a Companhia deixou de ter despesas com prestação de serviços de infraestrutura ao Grupo Allianz.

14.3. Resultado financeiro por categoria

Descrição	2023	2022
Títulos e valores mobiliários	488	2.048
Valor justo por meio do resultado	488	2.048
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	384	(502)
Despesas de juros sobre capital próprio	(449)	-
Outros	1.000	756
Total	1.423	2.302

14.3.1. Receitas financeiras

Descrição	2023	2022
Valorização de quotas de fundos de investimentos	488	2.053
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	122	101
Outras	1.115	939
Total	1.725	3.093

14.3.2. Despesas financeiras

Descrição	2023	2022
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	262	(603)
Despesas de juros sobre capital próprio	(449)	-
Outras	(115)	(188)
Total	(302)	(791)

15. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	89.229	89.229	(1.116)	(1.116)
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(22.307)	(8.031)	279	100
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	-	-	(222)	(80)
Despesas não dedutíveis	(4)	(1)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(2)	(1)	-	-
Juros sobre capital próprio	(1.214)	(437)	(3.621)	(1.304)
Provisões não dedutíveis	-	-	(24)	(5)
Outras adições	-	-	-	(4)
Subtotal	(1.220)	(439)	(3.867)	(1.393)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	22.638	8.150	2.532	912
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	26	9	-	-
Reversão de provisões não dedutíveis	229	83	114	41
Atualização de depósitos judiciais	2	1	3	1
Encargos sobre participações nos lucros	-	-	47	17
Benefício fiscal - Inovação tecnológica	29	11	864	339
Apuração de Indébito Tributário	268	96	198	71
Outras Exclusões	44	88	21	-
Subtotal	23.236	8.438	3.779	1.381
Redução de incentivos fiscais	9	-	31	-
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente	(282)	(32)	222	88
Diferidos:				
Constituição / (reversão) - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	(333)	(119)	31	12
Débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	71	25	28	10
Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	(262)	(94)	59	22
Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social	(544)	(126)	281	110
Alíquota efetiva	0,61%	0,14%	25,18%	9,86%
Alíquota efetiva combinada		0,75%		35,04%

16. Evento subsequente

16.1. Docway – Aquisição da participação de minoritários

Em 08 de março 2024, a Companhia, controladora direta da Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (DOCWAY), conclui a aquisição societária de 8,79% (participação minoritária na DOCWAY), e passou, desta forma, a deter 100% das ações representativas do capital social da DOCWAY.

Ainda, foram aprovadas alterações na estrutura de governança da DOCWAY (extinção do Conselho de Administração e mudanças na Diretoria), na forma de representação legal e, ainda, no endereço da sede, que passará para Alameda Santos 2.101, São Paulo, aguardando a formalização junto aos órgãos competentes para a conclusão de mudança de endereço.

16.2. Sul América Investimentos DTVM S.A. (SAMI) – Usufruto

Em 05 de março de 2024, foi extinto o usufruto constituído pela Sul América Holding de Investimentos S.A. (SAHIN), atual detentora de 100% do capital social da coligada indireta SAMI, em favor da Emabe Participações S.A., sobre os direitos políticos relativos às ações representativas de 51% do capital social votante da SAMI. Neste mesmo momento, foi assinado novo instrumento de usufruto, também sobre os direitos políticos relativos às ações representativas de 51% do capital social votante da SAMI onde a usufrutuária é a FM Holding Financeira S.A. (FM Holding).

A FM Holding é uma holding com objeto exclusivo, controlada diretamente pelos membros da Família Moll, passando o controle direto da SAMI a ser detido pela FM Holding e o indireto exclusivamente pelos membros da Família Moll.

A nova estrutura se tornou efetiva naquela data, porém, tal movimento ocorreu no contexto do processo de aprovação do BCB de transferência do controle da SAMI da Família Larragoiti para a Família Moll (combinação de negócios entre Rede D'Or e SulAmérica), e ainda estamos aguardando a manifestação do órgão regulador sobre a operação.

16.3. Conclusão da aquisição da Órama DTVM pelo BTG Pactual

Em 02 de outubro de 2023, a SAMI assinou documentos definitivos referentes à alienação da participação acionária detida na O10 Participações S.A., controladora da Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Órama DTVM), relativa a 25% do seu capital social, no contexto da alienação de 100% da Órama DTVM para o BTG Pactual CTVM S.A. pelo valor global de R\$500 milhões sujeito a determinados ajustes (Transação). Após as aprovações regulatórias aplicáveis e o cumprimento de determinadas condições, em 15 de março de 2024, foi concluída a Transação, com a consequente alienação de participação minoritária indireta detida pela SAMI.

Em 12 de abril de 2024, foi concluída a alienação da participação acionária da SAMI na sociedade detentora de participações nas empresas remanescentes da transação ocorrida entre a Órama DTVM e o BTG Pactual mencionada acima, com isso, se encerrou a parceria entre a SulAmérica e os antigos controladores da O10 Participações S.A. / Órama DTVM.

Saepar Serviços e Participações S.A.
CNPJ 03.979.930/0001-27

Diretoria	Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho	Diretora
	Gustavo Kohn Giometti	Diretor
	Jonas Berbert Pulcheri	Diretor
	Leonardo Fraga Pacheco	Diretor
	Otávio de Garcia Lazcano	Diretor
	Rafael Pinto Fróes	Diretor
	Thiago de Carvalho Gomes	Diretor
Contadora	Flávia Vieira Pereira	CRC RJ-094.933/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Saepar Serviços e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Saepar Serviços e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 015199/F



Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio
Contador CRC-RJ094644/O